

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

PORTUGAL AO CENTRO

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata
de 7, 8 e 9 de Fevereiro de 2020

RUI RIO

PORTUGAL
AO **CENTRO**





MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

PORTUGAL AO CENTRO

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata de 7, 8 e 9 de Fevereiro de 2020

Só há um caminho para percorrer: aquele que de forma mais eficaz e sustentada conduza o PSD ao Governo de Portugal e Rui Rio ao cargo de Primeiro-ministro. Não se trata de um mero designio partidário ou de uma ambição pessoal, tão só o reconhecimento que os Portugueses merecem um governo que os sirva melhor e de políticas que respondam às reais necessidades de desenvolvimento do país.

Não nos resignamos ao lento definhar das instituições, à perda de qualidade de vida e do bem-estar dos Portugueses, à estagnação da economia e à perda da nossa competitividade externa, ao descalabro dos serviços públicos e à falência do Serviço Nacional de Saúde, ao crescente sufoco fiscal e ao *deficit* de oportunidades que empurra todos os anos dezenas de milhares de Portugueses para a emigração.

Não há alternativa ao atual Governo de Maioria de Esquerda que não passe pelo PSD. Queremos liderar essa alternativa e construir um programa de ação e uma estratégia que mereçam a confiança dos Portugueses. Para isso, precisamos de fazer opções claras e de nos apresentarmos unidos e mobilizados em torno de um propósito comum: servir Portugal e os Portugueses com um projeto que nos devolva a esperança num futuro melhor.

RUI RIO

PORTUGAL
AO **CENTRO**



MOÇÃO DE ESTRATÉGIA

PORTUGAL AO CENTRO

A ser presente ao Congresso do Partido Social Democrata
de 7, 8 e 9 de Fevereiro de 2020

RUI RIO

PORTUGAL
AO **CENTRO**



ÍNDICE

- 6**
**1. ENQUADRAMENTO
DAS GRANDES LINHAS
DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA**

- 8**
**2. A ATUAL SITUAÇÃO
POLÍTICA**

- 23**
**3. PILARES DE UMA
ESTRATÉGIA SUSTENTADA
DE VITÓRIA**

1. Enquadramento das grandes linhas de orientação política

A presente moção de estratégia enquadra-se nas grandes linhas de orientação política que distinguem e situam o Partido Social Democrata no espectro das opções políticas, ideológicas e programáticas do sistema partidário português.

O PSD é herdeiro de um legado político construído sobre os pilares dos seus princípios fundadores e incorpora a cultura política e os adquiridos da sua governação que permitiram transformar Portugal numa sociedade aberta, dinâmica e moderna ao longo dos últimos 45 anos do regime democrático.

Neste sentido, a presente moção de estratégia a ser presente ao XXXVIII Congresso Nacional mobiliza os princípios, os valores, as concepções e os programas que estruturam a ação política do PSD nos últimos dois anos e relança as grandes linhas de atuação que pretendemos desenvolver no próximo biénio. Os referenciais dessa ação política estão expressos nos seguintes documentos:

- 1.1. O **Programa do PSD**, na sua versão mais recente, aprovado no XXXIV Congresso de Março de 2012, reafirma os valores fundamentais e os princípios orientadores da ação política.
- 1.2. A **Moção de Estratégia aprovada no XXXVII Congresso de Fevereiro de 2018** que constituiu o principal referencial na atuação do PSD nos últimos dois anos e cujo alcance vai muito para além da duração do mandato da atual direção. Nesse sentido, as ideias estruturantes que então foram definidas e sufragadas por unanimidade pelos delegados ao Congresso mantêm-se atuais.

- 1.3. O **Programa Eleitoral das Eleições para o Parlamento Europeu de Maio de 2019**, que concretiza as grandes opções e medidas que os candidatos ao Parlamento Europeu apresentaram a sufrágio e que identificam as grandes opções defendidas pelo PSD para a política das instituições europeias.
- 1.4. O **Programa Eleitoral das Eleições Legislativas de Outubro de 2019**. Produto do trabalho desenvolvido pelo Conselho Estratégico Nacional, o Programa Eleitoral de 2019 representa o compromisso do PSD com o seu eleitorado e abarca as reformas e as medidas consideradas indispensáveis para fazer sair Portugal do modesto crescimento que temos registado e das limitações reais à liberdade e salvaguarda dos direitos dos cidadãos.

2. A atual situação política

2.1. As consequências de quatro anos de governação socialista

Todos estão lembrados das condições excepcionais em que se formou o XXI Governo Constitucional. Pela primeira vez em Portugal o partido mais votado (PSD) não conseguiu formar governo por rejeição de uma maioria parlamentar de esquerda que obrigou a recorrer a uma solução governativa liderada pelo Partido Socialista e apoiada pelos partidos políticos que haviam aprovado a moção de rejeição.

A inédita solução governativa representou uma rutura com as práticas instituídas, para mais se considerarmos que a sua viabilização se fez através de acordos bilaterais de incidência parlamentar de alcance pouco transparente. Na prática tivemos um governo socialista apoiado por uma maioria de esquerda cuja estabilidade e coerência era questionável na opinião pública, facto que generalizou a designação de *geringonça*.

A palavra chave da governação socialista foi “reversão” como contraponto às medidas de austeridade do Governo anterior e os pontos críticos centravam-se invariavelmente nas negociações em torno dos sucessivos Orçamentos de Estado e alguns diplomas que representavam as bandeiras ideológicas da esquerda.

O anúncio do fim da austeridade e a aparente “reposição” de rendimentos foram, neste contexto, a maior das ilusões criadas pela maioria de esquerda. Pressionados pela necessidade de ajustamento orçamental, por um lado, e as pretensões despesistas

dos seus parceiros, por outro, o Governo Socialista recorreu ao aumento inusitado dos impostos, especialmente os indiretos, e às cativações da despesa cujos efeitos se traduziram em:

- A maior carga fiscal jamais registada na história das finanças públicas portuguesas.
- O mais reduzido nível de investimento público, inferior mesmo ao registado no período de maior austeridade. Para conter as reivindicações dos seus parceiros o Governo Socialista recorreu quase sempre à sobreorçamentação, gerindo o controlo do *deficit* através de cativações e da capacidade de extração fiscal.
- A degradação dos serviços públicos, quer pela desvalorização dos recursos humanos quer pela deterioração das infraestruturas e pela incapacidade de resposta do Estado às necessidades de serviço e proteção das populações.
- Depreciação das funções de soberania, nomeadamente segurança e defesa nacionais, bem como de funções sociais com grande impacto nos serviços à população, como é o caso da saúde e da educação.

A focagem na gestão de curto prazo relegou para a insignificância qualquer esforço para proceder às reformas que a economia e a sociedade exigiam. Portugal continua a enfrentar problemas estruturais que só uma ação concertada e sustentada poderá superar.

Os problemas do declínio demográfico e da natalidade, o sistema de justiça, a sustentabilidade da segurança social, o Serviço Nacional de Saúde, a educação de infância, a competitividade da economia, estão, entre muitos outros, carentes de respostas sem que durante a legislatura se tenha lançado qualquer reforma estrutural.

À medida que os anos se sucedem sem que se lancem essas reformas esses problemas tendem a agravar-se e a assumir proporções que tornam mais complexas e difíceis de concertar as

soluções e mais impopulares as medidas indispensáveis. Adiar ou iludir tem sido a prática generalizada do Governo Socialista. Mas os problemas persistem e sempre que emergem na opinião pública o Governo inventa mais um paliativo que remedeia, mas não resolve.

Perguntar-se-á por que razão conseguiu este Governo completar a legislatura sem percalços de maior que pusessem em causa a sua continuidade?

Em primeiro lugar, pelo apoio efetivo dos partidos de esquerda representados no Parlamento que se tornaram responsáveis pela política seguida e pela situação criada.

Em segundo lugar, por uma inegável conjuntura favorável em termos europeus e internacionais.

Nos últimos cinco anos a economia mundial cresceu ao ritmo de 3 a 4% ao ano, as economias avançadas, à semelhança da União Europeia, entre 2 e 3%. As economias da Área do Euro, tiveram um crescimento mais modesto entre 1,5 e 2,5%.

Neste período, Portugal cresceu ligeiramente acima da média europeia, mas claramente abaixo dos países cujas economias estão mais próximas do nosso nível de riqueza. Esta dualidade expressa-se no facto de termos crescido um pouco mais que a média europeia, mas simultaneamente termos perdido posições no ordenamento dos países europeus.

Perdemos competitividade externa e vimos reduzido o saldo da balança comercial que até 2017 teve um crescimento assinalável.

O investimento em percentagem do PIB aumentou não mais de 2 pontos percentuais e mantém-se aquém dos níveis anteriores à recessão. A prioridade dada ao consumo interno e o *deficit* de confiança nas forças políticas que sustentam o atual governo, minimiza os efeitos do que deveria ser um dos motores do crescimento económico.

A conjuntura favorável registada entre 2013 e 2017 está mais afastada e a desaceleração da economia torna-se notória, limitando as expectativas e a confiança dos Portugueses em relação aos próximos anos.

Perante o quadro criado, o Governo adotou uma política de eleitoralismo distributivo, privilegiando estratos e grupos que lhe pudessem ser mais favoráveis à sua manutenção no poder, ao confronto eleitoral e que pudessem alavancar uma ambicionada maioria absoluta.

Durante os quatro anos da legislatura o Governo do Partido Socialista construiu uma poderosa central de informação que lhe permite marcar as agendas dos órgãos de comunicação social, ocupar com intervenções planeadas ao pormenor todos os canais de informação, condicionar e estancar a informação que não lhe é favorável e montar autênticas operações de dramatização mediática cujo aparato ultrapassa tudo o que alguma vez foi observado na história da democracia portuguesa. O que se passou com a chamada crise dos professores e com a greve dos camionistas em Maio e Agosto de 2019, em plena fase pré-eleitoral, é bem revelador desse poder de ocupação e controlo da agenda mediática, bem como de condicionamento da opinião pública.

A mesma lógica está presente na forma como o Governo e o Partido Socialista ocupam e exercem o poder. Comportam-se como se fossem donos do Estado, distribuindo cargos e empregos por clientelas e parentelas, protegendo poderes corporativos e tendo sempre à sua volta os que direta ou indiretamente vivem dos favores e facilidades desse mesmo Estado.

2.2. A aritmética parlamentar saída das eleições Legislativas de 2019

Foi no contexto acima descrito que o Partido Socialista e o Governo de António Costa construíram a ideia de uma maioria absoluta nas eleições legislativas de 2019. Esse objetivo foi traçado desde muito cedo e manteve-se presente até ao dia das eleições. A maioria dos comentadores alimentaram esse cenário e todos os dirigentes do Partido Socialista recorriam às mais diversas expressões para não explicitar o que realmente desejavam.

Os resultados apurados colocaram o PS muito longe da votação necessária a essa maioria absoluta (diferença de oito deputados).

As eleições para o Parlamento Europeu, de 26 de Maio de 2019, já haviam denunciado a dificuldade do Partido Socialista em crescer de forma significativa: não mais do que 73 mil votos dos apurados em 2014, menos de 2% de acréscimo face ao total e ganho de um deputado. Não obstante o episódio de chantagem desencadeado com a chamada “crise dos professores”, em que o Primeiro-ministro, em período pré-eleitoral, coloca o cenário da demissão sem que nada o previsse e justificasse, o PS apenas retirou o benefício de travar a contestação que o “familygate” estava a provocar.

Face aos resultados, o PS obteve apenas uma pequena vitória, muito longe dos objetivos que haviam traçado. Obteve, entretanto, uma vantagem negocial não negligenciável: para fazer maioria basta-lhe apenas o apoio de um dos dois mais importantes partidos da “Geringonça”, ou BE ou PCP.

Ficou igualmente afastado o cenário que muitos auguravam de uma maioria de esquerda qualificada (2/3) que pudesse ter a veleidade de uma revisão constitucional.

As legislativas de 2019 confirmaram ainda o padrão eleitoral

observado desde 1995: os partidos de esquerda obtêm em conjunto uma confortável maioria que varia entre 55 e 60% dos votos e os partidos à direita do PS têm em conjunto entre 35 e 40%. Foram exceções a este padrão os resultados obtidos em conjunto pelo PSD e pelo CDS-PP em 2002 (49%) e em 2011 (50%) que os permitiram coligar e governar em maioria absoluta. Lembre-se que estas duas exceções se verificaram após a permanência do PS no governo durante seis anos e em contexto de crise económica e financeira internacional, mais grave em 2011 que em 2002.

À direita do PS, a consequência mais relevante foi o da fragmentação das representações partidárias com o aparecimento de mais duas forças políticas com efeitos nas votações do CDS-PP e do PSD. Em conjunto estes dois partidos não foram além dos 32%. Se considerarmos o peso dos pequenos partidos que se posicionam à direita do PS e o aumento dos votos brancos e nulos em relação a 2015, estamos a falar de cerca de 5% do eleitorado.

2.3. A situação do PSD após os dois processos eleitorais de 2019

Desde 2011, em que PSD e CDS-PP atingiram uma confortável maioria absoluta nas eleições legislativas, estas duas forças políticas perderam 731 mil votos em 2015 e 403 mil em 2019. Nos oito anos perderam 1 milhão e 134 mil votos.

Se olharmos para os resultados das Eleições Europeias confirmamos essa tendência de perda: uma redução de cerca de 517 mil votos em 2014 em relação a 2009, e um ligeiro aumento de 22 mil votos em 2019, em relação a 2014. Nesses oito anos passaram de uma percentagem de 40% para 28%.

Não valerá a pena estimar e avaliar com algum rigor como esta perda atingiu cada um dos partidos. Uma coisa é certa, a perda afetou de forma mais acentuada o CDS-PP. Entretanto, é imperioso

avaliar os resultados do PSD de maneira a que possamos identificar as consequências e assim, mais facilmente, encontrarmos o caminho que permita inverter esta tendência.

O PSD obteve nas duas eleições resultados abaixo do que seriam os seus objetivos.

No caso das Europeias perdemos cerca de 10 pontos percentuais em relação ao resultado de 2009 (32% para 22%), mas é estimável que se tenha recuperado relativamente a 2014.

No caso das legislativas ficámos aquém do desejado e voltámos a perder eleitorado, ainda que bem menos do verificado entre 2011 e 2015.

Pelo contrário, os resultados das legislativas foram melhores que os anunciados pelas sondagens pré-eleitorais (chegaram a atribuir-nos valores próximos dos 20%) e, de alguma forma, que as baixas expectativas de alguns sectores do PSD.

Porém, mais do que as leituras quantitativas dos resultados evidenciaram, identificou-se uma alteração na composição social da nossa base eleitoral: não conseguimos recuperar o eleitorado sénior (principalmente pensionistas e reformados que constituíam um dos pilares mais sólidos do eleitorado PSD) perdido em 2015, nem o eleitorado urbano, especialmente na Área Metropolitana de Lisboa e nas cidades médias. Das 20 capitais de distrito e das regiões autónomas, o PSD apenas ganhou em 6 e noutras 5 teve resultados acima da média nacional. Estas tendências já eram identificáveis nas eleições autárquicas de 2017, as Europeias e Legislativas confirmaram-no. Em compensação ganhámos eleitorado mais jovem e ativos mais qualificados.

Face aos três últimos processos eleitorais, as legislativas de 2019 poderão ter representado a inversão da tendência de queda verificada depois de 2011. O resultado não correspondeu aos objetivos que dirigentes e militantes haviam fixado, mas não foi,

por outro lado, a derrota catastrófica que muitos anunciaram. Existe, agora, um potencial de crescimento que não pode ser desprezado nem desperdiçado. Saibamos concretizá-lo reconquistando a confiança dos Portugueses e assegurando a estabilidade e enraizamento social do projeto social democrata que todos ambicionamos para Portugal.

2.4. Os principais desafios que se colocam às instituições do Estado, à economia e à sociedade portuguesas

O regime político instituído pela Constituição Portuguesa de 1976 e a sua Revisão de 1982, deu passos decisivos na afirmação e consolidação da democracia e dos direitos fundamentais do cidadão. De uma forma geral não se identificam na história destes mais de quarenta anos situações de rutura institucional e ou de suspensão das liberdades e garantias dos cidadãos que justifique uma alteração profunda dos preceitos constitucionais. Este é o regime com que os Portugueses se identificam e não expressam de forma consistente e relevante qualquer vontade de proceder à sua alteração.

Porém, há que reconhecer que o mundo mudou e a sociedade portuguesa registou um inegável desenvolvimento em termos económicos, sociais e culturais que colocam o problema de se saber até que ponto a erosão dos tempos não terá afetado o normal funcionamento das instituições.

No que respeita ao funcionamento do **sistema político** essa erosão expressou-se na degradação dos mecanismos de representação e no afastamento, lento, mas progressivo, dos cidadãos em relação às instituições políticas. Há que reconhecer que existe uma crise de representação.

Por isso entendemos que é tempo de iniciar uma reforma do

sistema político que comece nos partidos políticos e acabe na própria reforma do Estado e das suas instituições centrais. O afastamento dos cidadãos expresso no seu indiferentismo e o *deficit* de confiança nas instituições são sinais que deveriam mobilizar todos os partidos para uma reflexão em torno da sua organização, da sua ligação à sociedade e dos mecanismos de representação.

Face ao crescente risco de populismo e radicalismo na sociedade portuguesa é necessário encontrar respostas que contribuam para o reforço das instituições, para a sua maior transparência e escrutínio, para a sua capacidade para responderem aos problemas do País e dos Cidadãos.

O Estado que temos debate-se com uma evidente desadequação de escala: tornou-se pequeno demais para os grandes desafios e problemas da Humanidade – caso das alterações climáticas, das redes financeiras globais, do tráfico de armas, drogas e seres humanos – e grande demais para os pequenos problemas dos seus cidadãos – incapacidade e degradação dos serviços públicos de proximidade, isolamento e exclusão social, a pobreza endémica e o *deficit* de oportunidades.

Para lidar com estes problemas o Estado terá de encontrar soluções no concerto das nações e na cooperação mundial, por um lado, e na descentralização decorrente da promoção do princípio da subsidiariedade, por outro lado. O problema não se coloca só em ter mais Estado ou menos Estado, está em ter outro Estado, dispondo dos instrumentos indispensáveis para ganhar esses desafios.

O segundo bloqueio que é urgente superar é o da **economia**. Portugal vive desde o início deste século uma estagnação económica (crescimento médio do PIB *per capita* (PPP) de 0,6% ao ano, de 2001 a 2018) em que os períodos de crescimento lento são entrecortados por crises e uma recessão que deixaram marcas profundas no tecido económico e empresarial português.

A economia portuguesa perdeu competitividade e está a ser ultrapassada pelas economias dos países europeus de adesão mais recente à UE. Aquelas que deveriam ser as alavancas do crescimento económico – as exportações e o investimento – estão a dar sinais de retrocesso após um período favorável que permitiu sair da situação recessiva. Nos últimos quatro anos não foram adotadas políticas que permitissem contrariar essa tendência e as perspetivas que se anunciam não nos autorizam a esperar por melhores dias.

Neste contexto, torna-se difícil responder às justas aspirações dos Portugueses de verem aumentado o seu rendimento, o seu bem-estar e qualidade de vida. Não podemos continuar a assentar a nossa competitividade nos baixos salários quando demos passos decisivos no aumento das qualificações. Se temos pessoas mais qualificadas pelo aumento da escolarização e não conseguimos criar oportunidades para acederem a níveis remuneratórios mais consentâneos com essas qualificações arriscamo-nos a perder todo o investimento feito nas novas gerações. Para evitar esse cenário precisamos urgentemente de fazer crescer a riqueza gerada em cada ano a ritmos mais elevados, a valorizar os recursos próprios e inovar nas ofertas e nos processos produtivos, nomeadamente pela maior integração na economia digital e pelo recurso às novas tecnologias.

O terceiro bloqueio é a **demografia**. Portugal está mergulhado numa dinâmica de regressão demográfica para a qual não se encontra solução a curto e médio prazo. O problema agrava-se ainda mais se considerarmos que essa quebra atinge de forma mais expressiva as regiões do interior do território. Esta situação resulta do efeito conjunto de dois fatores (saldos naturais e saldos migratórios negativos) cujo efeito acumulado sustenta a rápida diminuição dos efetivos populacionais.

A redução lenta, mas continuada, dos nascimentos já não compensa a mortalidade. Impõe-se assim enfrentar a quebra da natalidade de forma sistemática e quanto antes. Promover

políticas favoráveis ao aumento da natalidade passa por alterarmos profundamente as políticas de maternidade e de infância, de forma a apoiar as famílias a concretizar a fecundidade desejada e a fazê-lo cada vez mais cedo. Na infância é necessário construir um novo quadro de educação de infância que permita apoiar as famílias na conciliação com a atividade profissional e criar condições de creche e jardim de infância mais acessíveis.

Em relação aos fluxos migratórios é necessário reconhecer que, considerando o atual nível de rendimentos da população ativa, vamos continuar a assistir à emigração de jovens e adultos cada vez mais qualificados que buscam no exterior as remunerações ajustadas à sua qualificação. Por outro lado, a imigração que poderia compensar essas saídas, não atinge os números necessários pela mesma razão por que os nacionais também emigram. Os baixos salários e a precariedade das condições de trabalho, habitação e bem-estar, não são suficientemente atrativos para justificar a preferência pelo nosso país. Mesmo aqueles que nestas condições imigram, dispõem de reduzidas qualificações e acabam por contribuir para a reprodução do modelo económico assente em baixos salários e baixas qualificações.

Neste contexto, há que reconhecer que estamos a esmagar os estratos médios da população e a acentuar as assimetrias sociais. Esta situação é tanto mais grave quanto o próprio Estado, através da fiscalidade, tem contribuído para a esse atrofiamiento dos estratos intermédios. Aquela que é a maior carga fiscal na história das finanças públicas portuguesas é um dos maiores sufocos que inibe a mobilidade social ascendente e aumenta o risco de pobreza entre os que trabalham, não obstante serem mais qualificados, e os mais jovens.

É urgente inverter esta política: O Estado não pode continuar a fazer cada vez mais despesa para aumentar cada vez mais a carga fiscal. Onde e quando vamos parar?

O quarto desafio prende-se com a **valorização dos recursos**

naturais e com os riscos decorrentes das alterações

climáticas. O PSD vê com grande preocupação o facto de ao aumento destes riscos corresponder muita retórica e poucas ações concretas. Atualmente os movimentos sociais em defesa da descarbonização e do ambiente estão a ser capturados por forças radicais, identificando-se como anticapitalistas, mais não fazendo que difundir novas ortodoxias e novos radicalismos.

O PSD tem uma tradição de defesa e promoção de políticas ambientais e terá de liderar a resposta a esse desafio em Portugal. A **neutralidade carbónica** é um enorme desafio que exige um compromisso sério na adoção de políticas que permitam antecipar a meta estabelecida. Porém, esse progresso desejado não poderá ser lesivo ou limitativo do crescimento económico. Uma coisa é adotar políticas exigentes quanto à sustentabilidade e minimização de impactos ambientais. Outra, completamente diferente, é utilizar as políticas ambientais como travão ou dissuasor do investimento, da produção de riqueza ou da sua distribuição.

O quinto desafio que representa uma situação de bloqueio é a **degradação dos serviços públicos.**

A situação do **Serviço Nacional de Saúde** é a que se apresenta mais grave. Para além dos crónicos problemas de subfinanciamento o SNS, é vítima de uma gestão sem autonomia nem responsabilidade que a transforma em ineficiência estrutural. A forma como se têm degradado as condições de trabalho e remuneratórias dos profissionais de saúde poderá conduzir, a curto prazo, a um sério problema de rutura do serviço por falta de recursos humanos. Aquilo que já identificamos como soluções pontuais - encerramento de serviços de urgência por falta de profissionais, aumento das listas de espera e do tempo de resposta a situações críticas - correm o risco de se transformar em casos generalizados a todo o sistema. Os Portugueses confiam cada vez menos na capacidade de resposta do SNS e estão a recorrer em maior número aos seguros de saúde como forma de acesso à oferta privada. Se adicionarmos os atuais 2,7 milhões de Portugueses

com seguros de saúde aos beneficiários da ADSE e de outros subsistemas, estaremos a caminhar, a passos largos, para cerca de metade da população portuguesa fora do SNS.

O segundo sector que exige uma reforma urgente é a **Justiça**. A organização com traços marcantes de corporativismo e não sujeita ao escrutínio público, a morosidade dos processos que ilude o respeito e defesa dos direitos fundamentais, e os entraves ao acesso a este bem público fundamental por parte de todos os cidadãos, são os sintomas de uma tendência que urge inverter. Estes três sintomas reúnem-se numa só consequência: a falta de confiança dos cidadãos no sistema de justiça. Quando tal acontece é o Estado de Direito e o próprio Regime Democrático que é posto em causa.

Um dos setores onde esses sintomas são mais expressivos é na Justiça Administrativa e Fiscal pelos efeitos que produzem no funcionamento da economia, na confiança dos investidores e na salvaguarda do direito dos cidadãos face ao poder coercivo do Estado.

O terceiro sector que dá sinais de bloqueio é o da **habitação e das infraestruturas**.

A liberalização do mercado imobiliário e o aumento da procura por parte de fundos de investimento e estrangeiros têm produzido um aumento significativo dos preços no centro das cidades, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, o que tem sustentado um aprofundamento da dualidade centro-periferia com as famílias da classe média, os casais mais jovens e os segmentos de menor rendimento a serem remetidos para zonas cada vez mais afastadas do centro.

Esta tendência tem densificado os movimentos pendulares, na sua maioria recorrendo ao transporte individual, agravando as condições de bem-estar e a emissão de gases com efeito estufa. A medida de redução dos preços dos passes sociais apenas retirou

das rodovias uma pequena parte destes fluxos, por uma razão simples: a qualidade do transporte coletivo não registou melhorias. Pelo contrário, o aumento da procura provocou uma diminuição do nível de conforto e não houve um aumento da oferta por falta de investimento, quer público quer privado. Incentivar o aumento da procura de transportes sem primeiro investir no aumento e qualificação da oferta foi um erro que se poderá pagar muito caro no futuro.

O problema da **descarbonização** passa pela urgente reconversão das infraestruturas de transporte, especialmente pela valorização da ferrovia. Quer no transporte de passageiros, quer muito especialmente no de mercadorias, o investimento na ferrovia exige ações inadiáveis quer na infraestrutura quer no material circulante. A **mobilidade elétrica** é um dos maiores desafios que se colocam a Portugal.

O quarto desafio prioritário é o da **educação**. Após quinze anos de progressos assinaláveis o sistema educativo português dá os primeiros sinais de retrocesso. A adoção de conceções assentes em visões românticas e na generalização do experimentalismo curricular e pedagógico está a fazer Portugal recuar à situação de final do século passado em que as “boas” intenções da “esquerda pedagógica” raramente davam bons resultados. Os resultados dos últimos testes internacionais confirmam o risco de reversão.

Os efeitos das políticas adotadas desde 2015 refletem-se na desorganização do sistema de ensino, o envelhecimento, a desmotivação e a não renovação dos quadros docentes, a precaridade dos jovens educadores, professores e investigadores. O sistema de ensino, formação e de produção científica e cultural está a definhar sem que o Governo tenha qualquer estratégia de qualificação para o sector.

A reforma da educação tem de começar pelas bases, a saber a educação de infância (creches e infantários) acessível a todas as crianças, promoção do sucesso escolar, rigor e clareza curricular,

diversidade pedagógica, dignificação da profissão docente e autonomia das escolas. Só assim poderemos voltar a considerar a educação como o principal motor da integração e da mobilidade social. Só assim poderemos superar o *deficit* de qualificações que o desenvolvimento tecnológico exige.

O Partido Social Democrata apresentou no seu **Programa Eleitoral** às eleições Legislativas de 2019 um conjunto de medidas que respondem a este e outros problemas. Nada justifica que esse programa seja relegado para o esquecimento. Pelo contrário, ele deverá constituir o guia das reformas e das medidas que continuaremos a reclamar para o País. Adiar as reformas é agravar os problemas e onerar as soluções.

3. Pilares de uma estratégia sustentada de vitória

3.1. Por uma Nova Cultura Política: credibilidade, ambição e inovação

Poderemos ter as melhores propostas, as melhores soluções para os problemas do País, os melhores quadros para as poderem implementar, mas se não tivermos a confiança dos Portugueses de nada nos serve essa vantagem.

O primeiro requisito da confiança é a credibilidade da nossa ação. Sendo o PSD o maior partido da oposição exige-se-lhe que assuma uma conduta responsável, colocando os interesses de Portugal acima dos interesses do Partido. “Portugal primeiro” não é um mero slogan, é um princípio orientador da ação política. Tal como reafirmámos no nosso programa eleitoral: “Quando colocamos o interesse nacional em primeiro lugar temos de estar disponíveis para sacrificar parcialmente as nossas propostas em prol de um interesse superior. A prática do confronto partidário e dos combates ideológicos tem de dar lugar, sempre que esse interesse esteja em causa, à disponibilidade para encontrar soluções através do diálogo e do compromisso. Quando falamos de compromissos, não falamos necessariamente de consensos. Não esperamos que se sacrifiquem as convicções e as matrizes ideológicas em que assentam os diferentes programas políticos. Esperamos tão só disponibilidade para encontrar e viabilizar as melhores soluções para os problemas reais de Portugal e dos Portugueses.”

Não é pelo facto de elevarmos mais a voz que passamos a ter maior razão. A “política espetáculo” não pode ter lugar num partido que aspira a governar Portugal. Se o fizermos, arriscamo-nos a ser iguais aos que no atual Governo fazem da comunicação o principal instrumento de manipulação dos cidadãos através dos media. Também neste particular domínio o PSD tem de fazer a diferença.

Precisamos de uma nova cultura política que dê voz e sentido de futuro aos que ambicionam um Portugal maior e que nos liberte de glórias passadas. Uma coisa é respeitar o património político do PSD, outra, completamente diferente, é ficarmos presos a ele.

Nessa nova cultura política o conceito de **justiça intergeracional** é decisivo para conferir ambição e sentido de futuro às nossas propostas. O PSD quer governar para dar às novas gerações mais e melhores oportunidades para concretizarem os seus projetos de vida.

Um partido político que queira conquistar a confiança dos Portugueses tem de orientar a sua ação pela **independência** face aos múltiplos grupos de interesse, pela **transparência** das suas decisões que são sujeitas ao escrutínio social e por uma **ética da responsabilidade** no acesso aos bens públicos.

O PSD elege o **combate à corrupção** como uma das suas bandeiras. Porém, a prioridade tem de centrar-se na eliminação dos contextos que favorecem essa corrupção. Temos de afirmar a nossa independência face às **oligarquias**, eliminar a **lógica clientelar** no acesso aos cargos públicos e contrariar a ação das **parentelas** na ocupação do aparelho do Estado, das Autarquias e empresas públicas, especialmente nos órgãos executivos de nomeação. Por outro lado, há que tornar mais rigorosos e transparentes os quadros normativos e regulamentares: por detrás do excesso de legislação e regulamentos, da sua falta de rigor e da ambiguidade que muitas vezes revela, está o risco de corrupção. Temos de combater a corrupção, mas, em paralelo, preveni-la pela maior qualidade das normas.

Uma nova cultura política exige uma ética da responsabilidade, de transparência e de defesa do bem comum, requisitos indispensáveis para restabelecer a confiança dos Portugueses no PSD, no regime democrático e no sistema político.

3.2. Reforçar a marca reformista do PSD

Aquilo que nos une e ao mesmo tempo nos distingue dos outros partidos do espectro parlamentar é a marca reformista que o PSD, ao longo da sua história e da sua ação, consolidou e o fez respeitado pelos Portugueses. Coexistimos enquanto social democratas, conservadores e liberais, num mesmo partido porque partilhamos um conjunto de valores e de práticas políticas que nos identificam como reformistas. Na história das ideias políticas e nos seus mais recentes desenvolvimentos o reformismo é a alternativa quer ao socialismo, quer ao neoliberalismo. Somos reformistas e social democratas porque não sacrificamos a liberdade à igualdade, porque somos personalistas e solidários sem criar dependências, porque defendemos um Estado que liberta a sociedade e que não a asfixia.

Somos reformistas pela prática política e pela forma como encaramos os desafios mais difíceis que se colocam ao desenvolvimento de Portugal. Problemas estruturais exigem ações sistemáticas e concertadas em tudo contrárias à medida desgarrada, à intervenção casuística ou à ilusão dos multiplicados anúncios sem consequências que se reflitam nos processos de mudança, no desenvolvimento humano e no bem-estar dos Portugueses.

A degradação progressiva das instituições e dos serviços públicos, mais tarde ou mais cedo, vão precisar da resposta reformista que só o PSD pode dar.

3.3. Um partido aberto e enraizado nos sectores mais dinâmicos da sociedade

As dificuldades que o PSD tem enfrentado na sua afirmação política e as mudanças operadas na sua base eleitoral representam também uma oportunidade que urge aproveitar.

A experiência do **Conselho Estratégico Nacional (CEN)** saldou-se num inestimável contributo para a construção de uma alternativa credível e fundamentada. Mas teve um outro resultado: permitiu chamar ao debate político milhares de militantes e simpatizantes que de há muito estavam afastados do partido. Em pouco mais de um ano muito se conseguiu, mas o potencial que representa ainda está muito longe de ser aproveitado.

Precisamos de **trazer a sociedade e os sectores mais dinâmicos para o CEN** de forma a potenciar os seus contributos e a transformá-los em políticas inovadoras nos mais diversos domínios.

Nesta segunda fase de desenvolvimento do CEN pretende-se aumentar o número de secções distritais e alargar os grupos de trabalho nas secções nacionais. Mas o objetivo central será o de **aumentar o número de participantes abrindo essas secções a um maior número militantes e de independentes.**

Pretendemos uma maior ligação e cooperação com investigadores, empresários, dirigentes e profissionais de instituições do Terceiro Sector, membros de organizações não governamentais, gestores e dirigentes associativos e sindicais dos mais diversos sectores da sociedade. Essa cooperação é a base para um **maior enraizamento do PSD na sociedade**, promovendo uma comunhão de interesses e de propósitos que beneficiando o PSD, beneficia Portugal.

No próximo biénio o CEN terá como prioridades dar continuidade ao trabalho de formulação de políticas nacionais e, com maior atenção, à elaboração de soluções e políticas locais que municiem os programas das candidaturas às eleições autárquicas de 2021.

Pretende-se ainda que o CEN promova encontros temáticos onde se apresentem e confrontem exemplos de **boas práticas autárquicas**.

3.4. Valorizar o Grupo Parlamentar como principal frente de oposição ao Governo

Os maiores desafios que se colocam ao PSD, enquanto maior partido da oposição, centram-se na atividade do seu Grupo Parlamentar. No contexto da nova aritmética parlamentar vai ser exigida uma particular focagem na dupla função de fazer oposição ao Governo e de contribuir para afirmar a alternativa social democrata. Para o efeito é indispensável garantir a sintonia e cooperação com os restantes órgãos do PSD, nomeadamente a Comissão Política Nacional e o Conselho Estratégico Nacional.

Com a CPN, enquanto principal órgão de orientação política, na concretização dos objetivos e opções enunciadas na Moção de Estratégia a ser aprovada no próximo Congresso.

Com o CEN pretende-se uma cooperação estreita de forma a que este possa municiar com novas ideias e estudos as propostas legislativas a desenvolver no Grupo Parlamentar.

O PSD terá de falar a uma só voz, ser coerente com as opções que defende, inovador nas soluções que apresenta e responsável na forma como faz oposição. O Grupo Parlamentar reúne as condições

para que esses quatro objetivos possam concretizar-se por inteiro. Não queremos um grupo monolítico, mas esperamos de cada deputado a lealdade e empenho para um esforço de convergência em torno das opções políticas e estratégicas que vierem a ser aprovadas no próximo Congresso do PSD.

3.5. Recuperar a base autárquica para chegar junto dos cidadãos

As eleições autárquicas de 2013 e de 2017 mais não representam que o culminar de uma tendência que já se antevia desde 2005. Esta lenta, mas sustentada, quebra nos resultados autárquicos reflete, de alguma forma, o desenraizamento do PSD em relação à sociedade, representada na diversidade das comunidades locais, e o enquistamento das estruturas partidárias locais focadas que estavam mais nos conflitos internos que em representar os interesses das populações. A militância partidária confinou-se em paralelo com a sua perda de influência junto dos seus eleitores.

Se é certo que perdemos mandatos e câmaras para o Partido Socialista, o mais preocupante é termos perdido para antigos militantes social democratas que integraram candidaturas independentes.

É urgente inverter essa tendência, mas é também indispensável reconhecer que não se ganha em ano e meio o que se perdeu em década e meia. A recuperação terá de ser firme e sustentada com base numa estratégia meticulosamente delineada e com candidatos e programas que marquem a diferença face às restantes candidaturas.

Em primeiro lugar, teremos de apoiar as recandidaturas nos municípios onde fomos vencedores. De pouco nos serve ganhar maior número de mandatos, de câmaras e juntas de freguesia se deixarmos perder outros tantos.

Em segundo lugar, teremos de concentrar recursos e fazer boas escolhas nos concelhos e freguesias onde o PSD já liderou e/ou naqueles cujos resultados ficaram muito próximos dos partidos vencedores.

O PSD deverá estabelecer **compromissos eleitorais** com outras forças políticas, movimentos e grupos de cidadãos independentes, que se mostrem disponíveis e convergentes sobre as linhas programáticas e as propostas a apresentar ao eleitorado. Liderar onde somos maioritários, colaborar onde tal não acontece.

O Conselho Estratégico Nacional, em colaboração estreita com os Autarcas Social Democratas e outras estruturas do partido – JSD, TSD e Grupo Parlamentar – promoverão as iniciativas com vista ao desenvolvimento de propostas programáticas sectoriais suscetíveis de serem integradas nas diferentes propostas de candidatura.

A Comissão Política Nacional, logo após o Congresso, criará uma **Comissão Autárquica** presidida pelo Secretário-geral do PSD que coordenará todo o processo de preparação das candidaturas em estreita articulação com as Comissões Políticas Distritais e Concelhias.

Estamos certos de que ao estabelecer uma boa dinâmica de trabalho, com espírito de entreajuda e uma boa organização poderemos justificar a ambição de um resultado vitorioso nas próximas eleições autárquicas de 2017. Esse é o passo indispensável para que o PSD volte a merecer a confiança da maioria dos Portugueses.

3.6. Preparar a alternativa para governar Portugal

Se conseguirmos concretizar com sucesso as linhas estratégicas que acabámos de enunciar, poderemos assumir que **a partir de 2021 o PSD estará em condições reforçadas para Governar Portugal.**

Não valerá a pena entrarmos em exercícios de adivinhação ou em delírios prospetivos quanto ao cumprimento da legislatura do atual Governo. É mais importante melhorarmos as nossas propostas e afirmarmo-nos como verdadeira alternativa aos olhos dos Portugueses.

Se à **ambição** conseguirmos acrescentar uma **liderança responsável e mobilizadora, a credibilidade e a confiança** indispensáveis ao bom cumprimento dessa missão, então teremos reunidas as condições que nos poderão conduzir à vitória.



RUI RIO

PORTUGAL
AO CENTRO

